



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 18 de abril de 2012

JORNAL DO COMMERCIO Frente & Perfil OPINIÃO	1
JORNAL DO COMMERCIO Unificação do ICMS ameaça ZFM ECONOMIA	2
JORNAL DO COMMERCIO Falta de competitividade pesa na balança do AM ECONOMIA	3
A CRITICA OTIMISMO INGÊNUO..... OPINIÃO	4
A CRITICA Duas Rodas: vendas despencam ECONOMIA	5
A CRITICA sim & não OPINIÃO	6
A CRITICA ICMS UNIFICADO..... ECONOMIA	7
A CRITICA PEC 123 divide governo ECONOMIA	8
A CRITICA AM tem déficit de US\$ 2,964..... ECONOMIA	9
AMAZONAS EM TEMPO ZONA FRANCA CAPA	10
AMAZONAS EM TEMPO Fala leitor OPINIÃO	11
AMAZONAS EM TEMPO PEC DA MÚSICA POLITICA	12
AMAZONAS EM TEMPO AM exporta 18% mais ECONOMIA	13
AMAZONAS EM TEMPO AM exporta 18% mais (continuação) ECONOMIA	14
DIÁRIO DO AMAZONAS ECONOMIA..... CAPA	15
DIÁRIO DO AMAZONAS Claro & Escuro..... OPINIÃO	16
DIÁRIO DO AMAZONAS Amazonas tem perdas de US\$ 2,9 bilhões..... ECONOMIA	17

Frente & Perfil

THOMAZ

O superintendente Thomaz Nogueira fez ontem sua primeira visita à Associação Comercial do Amazonas na qualidade de titular da Suframa. Na reunião, às 19h, tratou dos assuntos correspondentes ao setor do comércio e a nova gestão da autarquia fundamentada na seriedade e transparência.

Unificação do ICMS ameaça ZFM

Proposta deve ser votada em Plenário hoje, depois de ter sido aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos

Emyle Araújo
Especial para o JF

A CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) aprovou, na tarde de ontem, o PRS (Projeto de Resolução do Senado) 72 com 20 votos favoráveis e seis votos contrários. A matéria segue hoje para votação no Plenário, após acordo de líderes. O texto propõe a unificação do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), que estabelece a alíquota única de 4% sobre produtos nacionais e importados. Para o Amazonas, a aprovação da matéria pode representar o enfraquecimento da Zona Franca de Manaus.

Embora a CAE afirme que a Resolução 72 seja positiva para o Brasil, uma polêmica envolve Santa Catarina, Goiás e Espírito Santo. Envolvidos na chamada "guerra dos portos", os Estados possuem uma taxa de cobrança de ICMS menor para produtos importados, o que estimula a entrada de matéria-prima vinda de outros países. Com a nova proposta, cada Estado pode chegar a perder R\$ 1 bilhão ao ano.

Para o Polo Industrial de Manaus, os prejuízos também podem surgir. De acordo com o vice-presidente da Cieam (Centro da Indústria do Estado do Amazonas), Maurício Loureiro, a aprovação da nova matéria acarretaria em uma varredura de indústrias instaladas na capital amazônica. "Para produtos como motocicletas e televisores de LCD (por exemplo) utilizamos produtos importados e atender a essa alíquota é dar um tiro no pé da ZFM", alfineta.

Na opinião de Loureiro, com alíquota igual para todos os Estados a tendência será o desligamento de empresas em Manaus. "Isso é contraditório! Sem incentivo, o que as empresas vão



Senador Eduardo Braga (PMDB) participou dos debates na CAE antes da aprovação da matéria para deliberação pelo Plenário hoje

fazer aqui? Vão importar por outros portos", ressaltou. Inicialmente, o PRS 72 pretendia combater a guerra dos portos e isso não afetaria a economia do Amazonas. "Agora podemos ser vítima de uma situação que não condiz com a realidade regional da indústria", lamenta.

Em entrevista cedida ao

Conjur (Consultor Político), Eduardo Braga discorda dos prejuízos para a Amazônia. "É preciso compreender que há uma prioridade do emprego, do crescimento do PIB da indústria brasileira, e um dos instrumentos para esse enfrentamento é o término dessa guerra das importações", garante.

O texto original, assinado pelo senador de Roraima, Romero Jucá (PMDB), sugeria a redução a zero do tributo com importados nas operações interestaduais. Para evitar uma redução tão brusca, Eduardo Braga sugeriu um substitutivo que sugere a alíquota interestadual plena de 4% sobre produtos que utilizam

mais de 40% de matéria-prima importada ou que sejam importados do exterior.

Depois de aprovada tanto pela CAE quanto pelo Plenário, a Resolução 72 seguirá direto para publicação. Uma vez que se trata de um projeto de iniciativa exclusiva do Senado, não tendo que ser analisada pela Câmara dos Deputados. Uma vez aceita, as novas regras passam a valer somente a partir de janeiro de 2013.

Controle de mercadorias importadas

No início de abril, o Senado aprovou o projeto que aumenta a fiscalização sobre produtos importados que chegam ao Brasil. Assim, colaboradores do Inmetro (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial) passam a atuar na Alfândega (junto à Receita e à Polícia Federal) para controlar a qualidade desses produtos.

Durante sua tramitação no Senado, o projeto sofreu alterações que obrigam o seu retorno para nova votação na Câmara. O estudo deve ser avaliado ainda este mês para entrar em vigor.

O texto estabelece que, se o produto não estiver de acordo com as regulamentações no Inmetro, pode ser retido ou destruído. Os custos da destruição ou armazenamento serão do importador, que também corre o risco de ter o seu registro cassado se os produtos não tiverem atestado de qualidade.

Falta de competitividade pesa na balança do AM

Exportações caíram 8,8% no trimestre, enquanto as importações registraram alta de 12,31%, segundo o Ministério do Desenvolvimento

Juliana Geraldo

A política de baixos preços praticada pelos países asiáticos e a falta de competitividade da indústria brasileira, ainda não corrigida pelos planos do governo federal refletiram na balança comercial do Amazonas em março, que mais uma vez registrou o segundo pior desempenho do país, atrás apenas do Estado de São Paulo.

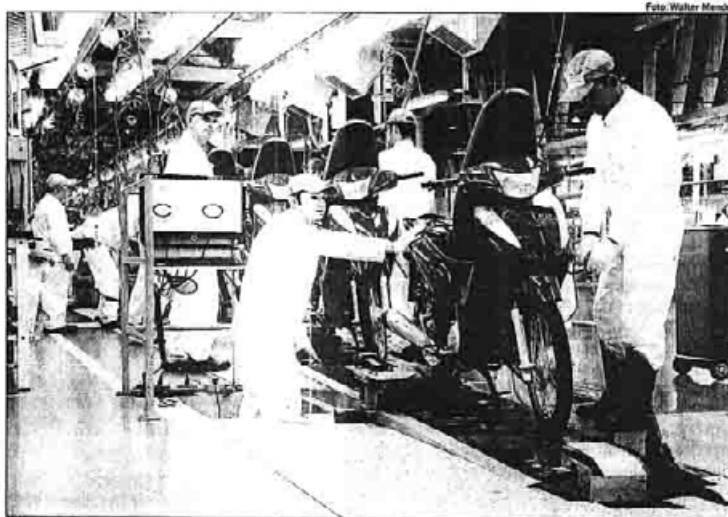
Embora o Estado tenha exportado o equivalente a US\$ 77,864 milhões no mês passado, registrando leve alta de 4,35% frente ao mesmo período de 2011, as importações cresceram 15,44% no mesmo mês analisado, quando foram gastos 1,170 bilhão em aquisição de insumos vindos do exterior.

Os números do trimestre também não foram favoráveis. Com ganhos de US\$ 205,01 milhões, as exportações caíram 8,8% enquanto os US\$ 3,169 bilhões empregados entre janeiro e março deste ano garantiram alta de 12,31% nas importações.

Dessa forma, segundo o Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), o saldo da indústria amazonense foi negativo em US\$ 1,092 bilhão em março. No acumulado do ano, o déficit foi de US\$ 2,964 bilhões.

"Os componentes vindos de fora —do país— continuam mais acessíveis. Às vezes, chegam a ser 30% mais baratos em relação ao que é produzido aqui. Mesmo que os países exportadores diminuam os lucros, para eles é importante esvaziar os estoques devido à crise europeia e o mercado da América Latina está aproveitando", avaliou o presidente da Fieam (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas), Wilson Périco.

A 'liquidação' parece ter se intensificado este ano. O presidente do Cieam (Centro da Indústria do Estado do Amazonas), Wilson Périco, explica que a forma de custeio da indústria chinesa e a redução do consumo do mercado europeu fazem com



Exportação de motocicletas cresceu 65,58%, somando US\$ 34,068 milhões à balança do Estado, no trimestre

que os produtos continuem chegando subsidiados e subfaturados ao Brasil. Ele admite que ainda existe uma dificuldade iminente em atender o mercado interno. "Diante desse quadro, me estranha a demora do governo para tomar medidas mais enérgicas que de fato preservem a indústria e o emprego.

Um exemplo, de acordo com o levantamento do Mdic, é a importação de acessórios e partes para motocicletas que até março deste ano somaram US\$ 117,42 milhões. No ano passado, esses produtos não eram trazidos do exterior.

"O importante é que as empresas cumpram o PPB (Processo Produtivo Básico), que estabelece uma quantidade mínima de consumo de insumos fabricados na região. Fora isso, nada impede a importação de alguns componentes mais acessíveis", justificou Gilmar Freitas.

No entanto, ele avalia que embora seja momentaneamente vantajosa, essa prática não deve se sustentar por muito tempo. "Medidas protecionistas de mercados como o brasileiro trabalham para barrar essa entrada

desenfreada. Fora as que já foram criadas, outras ainda virão até termos um resultado mais favorável para a indústria de forma a não afetar os empregos e o mercado consumidor interno, que é quem sustenta a economia do país hoje", enfatizou.

Produtos

Entre janeiro e março, a exportação de preparo para bebidas e de aparelhos de barbear caíram 6,56% e 9,10%. No entanto, a exportação de motocicletas cresceu 65,58% somando US\$ 34,068 milhões à balança do Estado.

Argentina e Venezuela, dois dos principais destinos dos produtos do PIM registraram queda

de 23,87% e 4,95%, respectivamente.

Apenas a Colômbia, aumentou a sua participação para 12,95% do total, gerando ao Amazonas ganhos de US\$ 26,54 milhões, o equivalente a um crescimento de 14,85% frente a igual período do ano passado.

Os principais insumos importados durante o trimestre foram os componentes para aparelhos receptores de TV e rádio (US\$ 637,177 milhões), crescimento de 13,38% frente a igual intervalo de 2011 e os conjuntos cabeça-disco para disco rígido (US\$ 126,38 milhões), 134,57% a mais na comparação com o ano anterior.



BRASIL

Em março, a exportação brasileira somou US\$ 20,910 milhões (+15,99%) e a importação gerou o equivalente a US\$ 18,89 milhões (+15,80%).

Dessa forma, a balança comercial brasileira finalizou o mês com saldo positivo de US\$ 2,018 milhões.

OTIMISMO INGÊNUO

O brasileiro, por sua índole, é um indivíduo otimista. Por conta disso, está sempre achando que dias melhores virão. Não teria essa mesma posição, decerto, se estivesse mais conectado com a realidade. Sob alguns de seus principais aspectos, entre eles o econômico e o político, por exemplo, os indicadores não são tão animadores. Em relação ao primeiro, já tivemos anos melhores recentemente. O quadro atual, entretanto, é complicado. Efeitos da crise econômico-financeira europeia continuam impactando negativamente no Brasil, tornando as coisas mais complicadas

internamente porque o governo insiste em não fazer o seu dever de casa. A despeito disso, o que mostraram os indicadores da pesquisa Fecomércio do Amazonas, realizada em abril com 400 entrevistados? Para 63,7% deles, a economia até aqui tem se comportado melhor do que igual período em 2011, e um índice um pouco maior (69,7%) aposta num segundo semestre mais próspero. Curioso é que os dados relativos à arrecadação de tributos estaduais não corroboram essa leitura, refletindo, claro, o arrefecimento dos negócios da Zona Franca de Manaus cujo impacto também pôde ser

conferido ontem por meio dos indicadores do Cadastro Geral de Empregados, o Caged, que mostram o Amazonas no vermelho, no primeiro trimestre.

O otimismo ingênuo, por assim dizer, talvez ajude a explicar outro indicador divulgado ontem, agora pela empresa de consultoria Serasa Experian, informando que a inadimplência acumulada do primeiro trimestre do ano foi de 18,2% em relação ao mesmo período do ano passado.

Por essa mesma linha de raciocínio, não seria totalmente equivocado dizer que, com tantos brasileiros otimistas, por um lado, e

desavisados, por outro, os políticos – uns mais do que outros – ficam à vontade para estabelecer com a coisa pública uma relação boa para eles, em detrimento dos interesses maiores da coletividade.

Dá para ser otimista, por exemplo, com vereadores de Manaus usando o dispositivo regimental de “força maior” e dele abusando para justificar os muitos dias em que não comparecem ao batente? Não, obviamente. Mas eles, como os outros de sua espécie, agem dessa forma imoral como se contassem, em última análise, com o escudo protetor da alegria estúpida dos brasileiros.

Duas Rodas: vendas despencam

Dados divulgados pela Abraciclo mostram que na primeira quinzena de abril a queda foi de 25,8%

Foram emplacadas 61.440 motocicletas na primeira metade deste mês, ante 82.839 unidades na quinzena inicial de março deste ano. Seguindo o mesmo ritmo lento registrado nos últimos meses, os números que traduzem a real quantidade de novas motocicletas em circulação apresen-

taram queda de 25,8% na primeira quinzena de abril, em relação a período similar de março.

Os dados são Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo) e foram divulgados ontem, com ressalva feita pela

própria entidade de que o momento atual é complicado para produção e vendas, sobretudo para as vendas.

DIA ÚTIL

Se considerarmos apenas as vendas por dia útil, a queda no período foi de 9,6%, o equivalente a 6.827

unidades que deixaram de ser comercializadas diariamente na primeira metade deste mês, ante 7.531 unidades diárias em período similar de março passado.

A baixa é ainda mais significativa em comparação com período similar do ano passado. Nos primeiros 15 dias de abril



Há motos "sobrando" das locadoras

de 2011 foram comercializadas ao consumidor final 61.440 motocicletas e, diante desse volume, os emplacamentos da primeira metade do presente mês tiveram queda de 27,4%.

"Os dados refletem os efeitos das medidas de restrição ao crédito no setor de Duas Rodas. Vale mencionar, no entanto, que não houve uma queda na intenção de compra, mas sim maior dificuldade do consumidor na aprovação de financiamentos", diz José Eduardo Gonçalves, diretor executivo da Abraciclo.

sim & não

ICMS passa na CAE; ZFM sai ameaçada

O Governo Federal venceu disputa na votação do Projeto de Resolução N° 072 que unifica as alíquotas do ICMS interestadual sobre produtos importados, mas a Zona Franca de Manaus saiu sob ameaça de sofrer retaliações por causa do resultado do embate de ontem na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE). A ameaça foi expressa pelo senador Magno Malta (PR-ES), ao afirmar que dará o troco ao Amazonas durante a votação da PEC da Música.

Choro Malta apontou a ira de seu discurso contra o senador Eduardo Braga (PMDB), que atuou como relator da matéria: "No mês que vem, a PEC da Música virá para esta casa, mas vossa excelência não terá nossa solidariedade. [...] Este Senado tira a nossa 'Zona Franca' com a vênica de vossa excelência".

Indelicado Da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB), em relação às ameaças de Magno Malta: "Não é delicado nem correto nem justo com a Nação ficar aqui ameaçando. O que votamos aqui é algo de interesse do Brasil".

ICMS UNIFICADO

'Em defesa do Brasil e do PIM'

A declaração é do senador Eduardo Braga (PMDB-AM), após aprovação no CAE de seu parecer sobre a Resolução 72

ANTONIO PAULO

antoniopaulo@acritica.com.br

Em regime de urgência, a Resolução 72, que dispõe sobre a unificação da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em 4% para importados, deve ir à votação hoje. Na tarde de ontem, o parecer do senador Eduardo Braga (PMDB-AM) foi aprovado por 20 votos a seis, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

"Foi uma vitória em defesa do Brasil, da indústria e do trabalhador, e muito importante para o Polo Industrial de Manaus. Além de unificar a alíquota, a Resolução 72 possibilitando à indústria de transformação nos Estados obter incentivos fiscais, desde que o conteúdo local daquilo que produz seja de 60%", disse Braga.

A fala do líder do governo no Senado foi endossada por Juares Trindapalli, secretário-executivo da Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas (Sefaz-AM), mas diverge do entendimento do Conselho Regional de Economia do Amazonas e Roraima (ver box).

INVASÃO NA ZFM

Braga disse que no polo de duas ro-



Senador Eduardo Braga (PMDB-AM), quando defendia ontem, no CAE do Senado, seu parecer sobre a Resolução 72

das da ZFM havia uma entrada de quase 250 mil motonetas e motos no mercado brasileiro pelos corredores de importação especialmente nos Estados do Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina, assim como toda a indústria de "motopeças" estava sendo destruída.

A indústria de medicamentos para usar os princípios ativos da floresta amazônica no polo in-

dustrial também estava sendo prejudicada pela "guerra dos portos" e na área de componentes eletrônicos até placas montadas, vindas do Vietnã e Tailândia, estavam entrando no Brasil, além das peças de ar condicionado split. "Tudo isso tinha um impacto violento no Polo Industrial de Manaus. Portanto, essa votação (na CAE) fez bem à indústria bra-

sileira e ao Polo Industrial de Manaus que faz parte da indústria nacional", declarou o senador.

Segundo Eduardo Braga, ficou patente que alguns desses Estados, mesmo com todo o apoio recebido para fazer a indústria de transformação rejeitaram o apoio, pois, queriam importar produtos prontos, queriam ter corredores de importação. "Eles não querem

Busca rápida



Nova alíquota será aplicada em 2013

Hoje as alíquotas interestaduais do ICMS é de 12%, o novo texto propõe 4% sobre importados, reduzindo a receita dos Estados que oferecem os incentivos. Como se trata de uma resolução do Senado, não há necessidade de aprovação na Câmara dos Deputados, nem sanção presidencial para entrar em vigor.

produzir um produto, eles querem, por exemplo, dar banho de espuma em carro pronto. Isso não é política industrial", argumentou líder do Governo no Senado.

Para ele, é inadmissível que o Brasil, com uma indústria do tamanho que tem e com a complexidade da indústria brasileira, seja hoje o terceiro mercado mundial de automobilismo e que receba quase 400 mil carros prontos com incentivo fiscal, gerando desemprego no País.

Colaborou Renata Magnenti

Unificação beneficia Amazonas

A proposta de acabar com a "guerra dos portos" através da unificação do ICMS divide opiniões no Amazonas. Para o secretário executivo de Estado da Fazenda (Sefaz), Juares Trindapalli, a proposta, se aprovada, vai beneficiar o Amazonas e fortalecer a indústria local. "Os setores mais beneficiados serão os que produzem motocicletas e aparelhos de ar condicionado, itens produzidos no PIM, mas que saem do Estado com valor inferiores aos produtos chineses vendidos no País".

O presidente do Conselho Regional de Economia no Amazonas (Corecon/AM), Ailson Rezende, avalia que da forma que se propõe o projeto pode até barrar a entrada dos itens chineses. "Por outro lado, pode acabar com nossa vantagem fiscal perante aos demais Estados".

PEC 123 divide governo

Falta de consenso sobre a proposta faz Senado pedir mais debate para votação

ANTONIO PAULO

antonio paulo@acritica.com.br

O Governo Federal está dividido em relação à Proposta de Emenda Constitucional 123/2011 (PEC da Música) que deverá ser analisada e votada hoje na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. Enquanto o Ministério da Cultura é favorável que os incentivos fiscais da produção musical brasileira sejam estendidos a todos os Estados brasileiros, os Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), Fazenda e a Receita Federal querem a manutenção dos impostos da indústria fonográfica, com exceção da Zona Franca de Manaus (ZFM). Ao conceder essa imunidade, tira a competitividade da ZFM, que responde hoje por 95% da produção de CDs e DVDs com uma geração de cerca de 10 mil empregos.

O ministro da Indústria e Comércio, Fernando Pimentel, reconheceu ontem que o governo não tem consenso sobre a PEC, por isso, tem que haver mais debate. A manifestação foi na reunião realizada com a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e os empresários do polo de CD e DVD da Zona Franca. Eles foram pedir apoio de Pi-



Divulgação

Grupo de empresários foi ao MDIC pedir apoio para o adiamento da votação

mentel para adiar a votação da PEC da Música. "Os parlamentares estão influenciados pelos artistas e os artistas estão iludidos, acreditando em algo que não vai acontecer com essa PEC", alerta o empresário Amauri Blanco.

Hoje, também estará na pauta um requerimento de Vanessa Grazziotin e do senador Eduardo Braga (PMDB-AM), solicitando a realização de audiência pública para debater a PEC.

Na reunião com o ministro do MDIC, foram montadas estratégias para retardar a votação da PEC da Música que é considerada um caso perdido. Além da au-

diência pública, a senadora Vanessa encaminhou dois requerimentos com pedido de informação à Mesa Diretora: um para o MDIC e outro para o Ministério da Fazenda. Caso a presidente do Senado, em exercício, Marta Suplicy (PT-SP), acolha o pedido, a votação na CCJ será suspensa e a PEC da Música vai aguardar as informações solicitadas na Mesa do Senado. É tudo que a bancada do Amazonas quer. O MDIC e a Receita também querem realizar uma reunião com os artistas para explicar o real sentido da proposta, ou seja, que ela não terá o alcance esperado.

AM tem déficit de US\$ 2,964

O Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) divulgou ontem o saldo da balança comercial do primeiro trimestre de 2012 (janeiro a março). A Amazonas aparece como o segundo com maior déficit - US\$ 2,964 bilhões - atrás de São Paulo (US\$ 6,870 bilhões) e na frente de Santa Catarina (US\$ 1,584 bilhão).

Três regiões brasileiras registraram superávit na balança comercial: Sudeste, com US\$ 2,317 bilhões, seguido por Centro-Oeste (US\$ 1,317 bilhão) e Norte (US\$ 672 milhões). Nas outras regiões, o saldo foi deficitário, Sul (-US\$ 1,413 bilhão) e Nordeste (-US\$ 442 milhões).

Os embarques da Região Norte (US\$ 3,743 bilhões) corresponderam a 7,71% do total exportado pelo País e tiveram retração de 5,26% na comparação com o ano passado. Quanto às importações, o Norte registrou aumento de 16,09%, e aquisições no valor de US\$ 3,806 bilhões.

ZONA FRANCA

Bebidas e motocicletas lideram as exportações

Economia B1

Fala leitor

O governo acaba de lançar o sexto plano de incentivos ao desenvolvimento industrial, desde a eclosão da crise mundial de 2008, com o objetivo de promover o crescimento. Somando todos e sem a preocupação de ajuste, foram anunciados R\$ 224 bilhões em crédito facilitado por bancos oficiais e desonerações de pelo me-

nos R\$ 58,1 bilhões, sobre folha de pagamento, IPI e PIS/Cofins.

O surpreendente crescimento industrial em fevereiro, de 1,3% frente a janeiro, não elide o fato de que o nível de produção ficou 3% abaixo do de setembro de 2008. Comparando com fevereiro do ano passado, a atividade teve a sexta taxa negativa,

com recuo de 3,9%. As medidas adotadas até agora são positivas, ajudam a apagar o incêndio, mas não têm o dom de elevar a competitividade nacional. Na última edição do Global Competitive Index calculado anualmente pelo Banco Mundial, o Brasil ficou em 53º lugar entre 142 países. A boa colocação em setores como mercado interno

(10º) e sofisticação do ambiente de negócios (31º) não compensa a defasagem na qualidade da infraestrutura (104º lugar). O Brasil é o último no ranking do transporte.

Clésio Andrade, presidente da Confederação Nacional do Transporte (CNT)

PEC DA MÚSICA

Governo ainda não tem consenso

Durante um encontro ontem, em Brasília, entre a senadora Vanessa Graziottin (PCdoB) e empresários do Polo Industrial de Manaus (PIM), do segmento de CDs e DVDs, o ministro da Indústria, Comércio e Desenvolvimento (Mdic), Fernando Pimentel, afirmou que o governo não tem consenso sobre a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 123/2011, mais conhecida como PEC da Música, que tramita no Senado.

"Temos um Ministério (Cultura) a favor e dois contra (Indústria e Comércio e Fazenda) por isso tem que haver mais debate", afirmou o ministro.

A PEC 123/2011 concede imunidade tributária a produções fonográficas brasileiras (CDs e DVDs) com música de autores nacionais. Ao conceder essa imunidade, tira a atratividade da ZFM, que responde hoje por 95% da produção, com uma geração de cerca de 10 mil empregos.

O grupo foi ao Mdic pedir apoio do ministro para o adia-

mento da votação da PEC no Senado, prevista para estar na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na reunião de hoje, garantindo tempo para mais debate sobre o tema. Também deve estar em pauta, requerimento da senadora e do senador Eduardo Braga (PMDB-AM), lido na última reunião da comissão, solicitando a realização de audiência pública para debater a PEC.

Não resolve a pirataria

A justificativa do grupo foi que a PEC não só traz desemprego na ZFM, como não resolve o problema da pirataria, argumento que conseguiu arregimentar grande número de artistas para a causa. Pimentel concordou.

"Nossa certeza é que, caso esse mercado deixe de ser interessante em Manaus, ele não vá para outros Estados e sim para fora do país, para a China, por exemplo. E os artistas irão perder totalmente o

controle da produção que hoje têm. O mercado em Manaus faz questão de ser fiscalizado. Na China não há preocupação com a legalidade, e a entrada desses produtos no Brasil não será fiscalizada pela Receita Federal, pois não haverá imposto", explicou o empresário Amauri Blanco, presidente do Sindicato dos Meios Magnéticos e Fotográficos do Amazonas.

Para Blanco, a PEC da Música não irá combater a pirataria, mas sim acabar com a indústria brasileira de DVS e CDs. "Os parlamentares estão influenciados pelos artistas, que estão iludidos, acreditando em algo que não vai acontecer, não com essa PEC", ressaltou.

O empresário explicou ainda que a ZFM não ganha na produção do DVD e do CD, ganha na distribuição. Segundo ele, é isso que está incomodando os que estão por trás da campanha pró-PEC da música. "O preço da mídia física gira em

torno de R\$ 2. É muito barato. E não é isso que é pirateado, até porque a esse custo não vale a pena. O que é pirateado é o conteúdo, são os direitos autorais, e isso a PEC não vai impedir", esclareceu.

O ministro se comprometeu com o grupo em fazer o que for possível para garantir tempo e espaço para o debate da proposta. Além da senadora e do empresário Amauri Blanco, integraram o grupo os empresários Jackson Ribeiro Júnior, vice-presidente do Sindicato dos Meios Magnéticos e Fotográficos do Amazonas, e Nelson Azevedo, presidente em exercício da Federação da Indústria do Amazonas (FIEAM).

A PEC 123/2011 (PC da Música) foi aprovada por 393 votos a favor, 6 contrários e 1 abstenção, na Câmara dos Deputados. A proposta se encontra na CCJ do Senado e já tem parecer favorável do relator, senador Eunício Oliveira (PMDB-CE).

AM exporta 18% mais

ANWAR ASSI

Equipe do EM TEMPO

Alancadas pelos setores de bebidas e de duas rodas, as exportações do Amazonas cresceram 18,61% em março, em relação a fevereiro, e 4,35% na comparação com o mesmo período de 2011. No mês passado o valor exportado somou em torno de US\$ 77,8 milhões, enquanto que, em fevereiro, esse montante foi de aproximadamente US\$ 65,6 milhões.

De acordo com a Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), o primeiro trimestre de 2012 foi positivo para as exportações amazonenses devido à crescente procura pelos produtos fabricados no parque industrial local, causada pelo aumento da demanda nos mercados consumidores. Confirmando o bom desempenho dos últimos anos, o setor de bebidas se manteve no topo das exportações amazonenses.

Em março, os extratos para bebidas representaram 18,10% do que foi vendido para fora do Estado, enquanto que as motocicletas de 125 cilindradas contribuíram com 16,62% das exportações, aparelhos de barbear não elétricos com 7,63% e telefones celulares com 7,11%. "Houve um aumento significativo no consumo de refrigerantes, o que favoreceu as exportações dos insumos de bebidas", avaliou o presidente da Fieam, Antônio Silva.

Segundo o empresário, a tendência é que o bom desempenho seja mantido nos próximos meses. A perspectiva é de que a indústria local registre um crescimento de aproximadamente 7% na produção, a partir do segundo semestre de 2012.

Recofarma lidera

A Recofarma ampliou sua participação nas exportações dos três primeiros meses deste ano, na comparação com o mesmo período de 2011. De janeiro até março, a empresa vendeu em torno de US\$ 37 milhões, contribuindo com 18,09% das exportações do Amazonas desde o início do ano.

No primeiro trimestre de 2011, esse índice de participação foi de 17,05%. Na ocasião, a Recofarma havia exportado US\$ 38,3 milhões. A Moto Honda foi a segunda empresa que mais exportou no Estado, vendendo para fora quase US\$ 21 milhões, participação de 15,74% das

LIDERANÇA

Recofarma, Moto Honda, Procter & Gamble e Nokia ocuparam as primeiras colocações na pauta de exportação do Amazonas, em março, conforme informações divulgadas ontem

exportações amazonenses. Em 2011, a contribuição da Moto Honda nas exportações do primeiro trimestre foi de 9,79%. A Procter & Gamble, terceira no ranking, contribuiu com 10,21% das exportações. A Nokia, que durante muito tempo liderou as exportações amazonenses, ocupou a quarta colocação com 8,12% das vendas para o exterior do Estado.

Para o economista Assis Mourão, a crise econômica mundial, que atinge os países desenvolvidos, favorece o crescimento das exportações. "Nossos preços estão mais competitivos na hora de vender para fora, do que as matrizes afetadas pela crise", analisou o especialista.

AM exporta 18% mais (continuação)

Déficit contabiliza US\$ 2,9 bi

Nos três primeiros meses deste ano, o Amazonas registrou uma balança comercial deficitária de aproximadamente US\$ 2,9 bilhões, segundo pior desempenho entre as unidades da Federação. O Estado só ficou atrás de São Paulo, cuja balança fechou com déficit de quase US\$ 6,9 bilhões, e logo a frente de Santa Catarina (US\$ 1,6 bilhão).

O melhor desempenho neste período foi o de Minas Gerais com superávit de US\$ 4,9 bilhões, acompanhado de perto pelo Rio de Janeiro (US\$ 3,6 bilhões) e Pará (US\$ 2,8 bilhões).

Em março, o Amazonas importou quase US\$ 1,2 bilhão ou 19,16% a mais do

que em fevereiro, quando o Estado comprou de fora US\$ 982,2 milhões.

De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), no primeiro trimestre de 2012, a região Sudeste foi a que teve o maior saldo no superávit da balança comercial, com US\$ 31,1 bilhões, seguida pelas regiões Sul (US\$ 9,7 bilhões); Centro-Oeste (US\$ 5 bilhões), Nordeste (US\$ 4,8 bilhões) e, por último, Norte (US\$ 3,7 bilhões).

As exportações brasileiras, em março, foram de quase R\$ 21 milhões, em torno de 16% a mais do que fevereiro de 2012.

Senado vota alíquota única de ICMS

Depois de quase quatro horas de discussão, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou por 20 votos a favor e 6 contra o Projeto de Resolução 72. A medida estabelece alíquota única de 4% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que incide sobre operações interestaduais de produtos importados ou de produtos que usam mais de 40% de matéria prima importada no processo de industrialização. O projeto segue agora

para votação em plenário. A previsão é que a alíquota única seja votada hoje.

A alíquota unificada é tida como benéfica para o Estado do Amazonas. Em entrevista recente ao EM TEMPO, o assessor da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz-AM), Afonso Lobo, disse que as alterações das regras em vigor vão favorecer setores da indústria local, afetados pela concorrência com os produtos importados, como é o caso da produ-

ção de condicionador de ar e motocicletas.

O ganho de competitividade desses segmentos compensará as perdas que o Estado terá com a aprovação da alíquota única. Segundo dados da Sefaz, a unificação vai reduzir em 80% a arrecadação de ICMS, do Amazonas, com esse tipo de transação, que chegou a R\$ 63 milhões, em 2011.

Ontem, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, defendeu a aprovação da resolução. Como compensa-

ção para os Estados prejudicados, Mantega garantiu a liberação de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para os Estados que se sentirem prejudicados com o fim da chamada guerra dos portos. Santa Catarina, Espírito Santo e Goiás oferecem incentivo fiscal na cobrança de ICMS para estimular o desembarque de produtos importados nos seus respectivos portos (no caso de Goiás, no porto seco).

ECONOMIA

Exportações do Polo Industrial de Manaus caem 46% e déficit chega a US\$ 2,9 bi

O volume de mercadorias exportadas pelo Polo Industrial de Manaus (PIM) caiu 46% em março deste ano. O resultado contribuiu para elevar o déficit da balança comercial do Estado.

PÁG 9

Claro & Escuro

Senador Magno Malta ameaça pedir extinção da Zona Franca

Durante a votação que aprovou, ontem, a unificação da alíquota de ICMS em 4% sobre produtos importados nos Estados, o senador Magno Malta (PR-ES) ameaçou pedir a extinção dos benefícios fiscais à Zona Franca de Manaus. Malta defendeu o fim dos incentivos tributários ao Polo Industrial de Manaus (PIM) como retaliação ao senador Eduardo Braga (PMDB), líder do governo no Senado, que articulou a aprovação do novo ICMS, a pedido da presidente Dilma Rousseff (PT). O argumento de Malta é que seu Estado (Espírito Santo), Santa Catarina e Goiás perderão R\$ 3 bilhões só em 2013, quando a nova regra tributária passará a valer. Malta também disse que não ia apoiar Braga em possíveis alterações na PEC da Música, que ameaça mais de 8 mil empregos no PIM. “Na hora em que vier a PEC da Música, o senhor (Eduardo Braga) não contará conosco”, disse Malta.

Amazonas tem perdas de US\$ 2,9 bilhões

Nos primeiros três meses deste ano, o Amazonas seguiu importando mais mercadorias e insumos de outros países do que exportando bens, mostram os números do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic). Desde janeiro, a diferença entre as compras e as vendas somam um prejuízo de US\$ 2,9 bilhões - número 14,1% maior que no início do ano passado.

Em 2012, o chamado saldo da balança comercial acumula déficit de US\$ 2,964 bilhões, contra US\$ 2,597 bi de 2011.

Essa diferença é reflexo da queda de quase 10% nas exportações, enquanto o ritmo das compras do exterior evoluiu 12,3% de janeiro a março.

Volume de mercadorias

O volume de mercadorias exportadas pelo Polo Industrial de Manaus (PIM) caiu 46% em março deste ano. No terceiro mês de 2011 foram vendidas para o exterior 19,4 mil toneladas de produtos contra 10,4 mil toneladas no mesmo mês de 2012. Considerando o trimestre, a retração no número de mercadorias exportadas chegou a 38% e do montante arrecadado com as vendas a 8,85%.

Segundo o vice-presidente do Conselho Regional de Economia do Amazonas (Corecon/AM), Assis Mourão Júnior, além do câmbio desfavorável, os custos tributários, trabalhistas e com infraestrutura têm influenciado na queda das exportações.

OS NÚMEROS

15%

foi o aumento das importações em março de 2012. As compras externas passaram de US\$ 1,013 milhão em 2011 para US\$ 1,170 milhão. No trimestre, a alta registrada chegou a 12%.